

LEITURA E MEDIAÇÃO DE FREIRAS DE CLAUSURA

Resumo: O objetivo deste artigo é averiguar da existência de mediação na leitura realizada por religiosas de clausura no Antigo Regime. O desafio de encarar freiras enclausuradas como agentes de mediação enquanto leitoras é aqui intencionalmente reforçado com outro: não seguir em tal reflexão o caminho habitual dos historiadores da leitura, que consiste na análise e quantificação dos assuntos das bibliotecas e leituras conventuais conhecidas. Na construção das respostas à questão agora colocada vão sendo identificados os agentes mediadores de todo o processo, os seus modos de actuação, a existência de intervenções cruzadas, e conclui-se que à leitura monástica feminina dos séculos XVI a XVIII se encontram associadas diversas formas de intermediação individual e colectiva, não só dentro mas também fora do mosteiro.

Palavras-chave: Leitura Conventual. Mediação por Freiras. História da Leitura. Comunicação Cultural.

Margarida Sá Nogueira Laland

Universidade dos Açores, Portugal; Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores; email: margaridalalanda@gmail.com

READING AND MEDIATION BY CLOISTERED NUNS

Abstract: The aim of this text is to investigate whether there is mediation in cloistered nuns' reading during the Old Regime. To consider religious cloistered female readers as mediation agents is a challenge; in this reflection, another one still reinforces it: the usual approach followed by historians, the analysis and quantification of the titles and subjects of the books belonging to the libraries which are known, is left behind. In order to get answers to our question, little by little different mediators of the whole process and their modes of action become identified, as well as the existence of cross interventions. In the end, it is proved that numerous forms of individual and collective intermeditation are actually associated with cloistered nuns' reading in Early Modern Age, within the monastery and towards its outside.

Keywords: Monastic Reading. Nuns as Mediators. History of Reading. Cultural Communication.

1 INTRODUÇÃO

Leitura como processo; conteúdos específicos de leituras; mediação na formação e na organização de saberes; intermediações na informação e na comunicação: eis os termos e o tema em problematização neste número de *PontodeAcesso*. À primeira vista, apenas o dos conteúdos poderá parecer associável à realidade monástica feminina de há quatro séculos, já que, sem outros dados, se afigurará difícil imaginar que freiras enclausuradas

nos seus conventos possam ter exercido alguma espécie de mediação sem ser a das orações. Na linha de tais percepções seria expectável que o presente artigo se ocupasse pormenorizadamente dos livros que existiram ou foram lidos em conventos femininos, dos seus títulos, autores e conteúdos, do seu número por categoria, na linha dos meritórios trabalhos que têm sido elaborados quer no âmbito da Ciência da Informação quer no da História. E, no entanto, dessa vertente pouco se trata aqui. A reflexão agora desenvolvida centra-se na busca de respostas a uma outra questão, verdadeiramente desafiante: para os séculos XVI a XVIII será válido aplicar o conceito de “mediação” à leitura individual feita por uma freira portas adentro do mosteiro em que se encontra perpetuamente ?

Os textos e as leituras das religiosas têm sido organizados em listas, estudados, comentados e dados a conhecer por historiadores da cultura, mesmo que provindos de áreas científicas diferenciadas: História, Literatura, Ciências da Informação, por vezes Filosofia ou Teologia. É, pois, legítimo reconhecer neste olhar da História uma primeira intermediação, no caso entre as freiras leitoras e o público actual; e este artigo não é excepção, uma vez que a sua autora é de História e está a escrever para especialistas em Comunicação e Informação.

Na reflexão que agora encetamos iremos averiguar da eventual presença de mediações em cada componente da realidade “leitura monástica feminina”: nos motivos e objectivos para ler, nos conteúdos, no processo de leitura, na relação com a escrita, e no acesso às obras. Serão apresentadas em primeiro lugar e com algum desenvolvimento as características e exigências da comunidade conventual, que é a que nos interessa prioritariamente, e após elas e mais resumidamente as relações com a sociedade extra-muros.

2 A LEITURA NO INTERIOR DO MOSTEIRO

Das Constituições Gerais pera todas as Freiras, e Religiosas sogeitas à obediencia da Ordem de N[osso] P[adre] S[ão] Francisco, nesta Familia Cismontana, válidas para o mundo franciscano feminino não italiano e impressas pela primeira vez em 1641 (em castelhano, em Madrid, e em 1693 em português, em Lisboa), conclui-se que, no entender da

hierarquia da Ordem Franciscana, as leituras feitas pelas religiosas têm numerosas e importantes funções: suscitar a devoção; dar exemplos de vida santificada; preparar a meditação e o exame de consciência; orientar a oração e exercitar o silêncio, quando feitas individual e silenciosamente; acompanhar o trabalho e as refeições, quando realizadas em voz alta num espaço comum; dar a conhecer as regras e interiorizá-las (LALANDA; LALANDA-GONÇALVES, 1988, p. 971, 980, 983). Encontra-se assim plenamente esclarecida a razão para a leitura ser uma prática obrigatória nos mosteiros de Clarissas, para as já professoras mas igualmente para as jovens de pelo menos quinze anos que aspiram a sê-lo e se encontram no ano de preparação para tal, o noviciado, e bem assim para as adolescentes e as crianças que, vindo ou não a professar uns anos depois, são admitidas como pupilas (quando atingem os doze anos de idade) ou como educandas (a partir dos sete anos, mas estas em espaços conventuais separados e fora da zona denominada “clausura”), para desde muito cedo se criarem nos “santos exercícios e virtudes da Religião” (LALANDA, 1987, p. 29, 40).

A leitura monástica constitui, pois, um meio para se caminhar no auto-aperfeiçoamento com vista à santidade; ela é uma forma de mediação entre a vida terrena e o céu espiritual, entre a imperfeição humana e o paradigma de comportamento que se almeja. Como consequência da sua obrigatoriedade e da aprendizagem feita, é expectável que nenhuma religiosa seja analfabeta; e, efectivamente, nas crónicas franciscanas da época não existe menção a alguma freira que não saiba ler (CARVALHO, 1997, p.16). Há, no entanto, que ter presente que a facilidade e a familiaridade quanto à prática da leitura não são as mesmas para todas as freiras:

algumas religiosas podiam ser capazes apenas de acompanhar a leitura coletiva no coro ou, dado o carácter repetitivo da leitura dos textos sagrados, podiam declamá-los por memorização _“reconhecendo” o texto e não exatamente lendo-o. [...] A leitura coletiva possibilitava o contato com os conteúdos dos textos para as que não sabiam ler. Possibilitava, além disto, que a escolhida como leitora se aperfeiçoasse na prática, pois nem sempre era suficientemente fluente para que não necessitasse ler os textos em voz alta. (BELLINI, 2011, p. 220).

Além do mais, uma grande parte dos livros não se apresenta em vernáculo (que, no Portugal culto dos séculos XVI e XVII, é naturalmente o português mas também, com muita frequência, o castelhano) mas sim em latim, o que aumenta a dificuldade, reduz a

compreensão e exige o domínio do obstáculo intermédio que é outra língua; será este o caso, entre outros, de livros de coro com as letras dos cânticos, alguns salmos, livros de missa e de orações, biografias exemplares, jaculatórias e fórmulas usadas em ocasiões específicas, alguns exemplos em Morujão (2011, p. 38, 54, 62). E aqui descobrimos uma mediação tripla simultânea, que consiste em ler para outros, traduzir de outra língua, e explicar o sentido das palavras originais, pois quem o fazia “ejercía de intermediario pero a la vez podía actuar como intérprete[...]. De ahí que las reglas monásticas [...]se detengan en regular [...]al ritmo y a la entonación.” (CASTILLO GÓMEZ, 2000, p.120).

Sobre os conteúdos das leituras conventuais a historiografia tem de se debater com uma situação complicada e contraditória: embora existam algumas listas dos livros possuídos por mosteiros num determinado momento, as omissões detetadas (de livros manuscritos, de obras muito em voga, de textos da autoria de elementos da casa, por exemplo) levam a pôr em causa o rigor da sua elaboração; como agravante, delas não se consegue extrair informação rigorosa sobre quais as leituras efectivamente praticadas, nem em que grau o foram. Estas questões cruzam-se com as análises das recomendações feitas por confessores, e umas e outras encontram-se desenvolvidas de modo exemplar e extenso por Isabel Morujão (2002) em “Livros e Leituras na clausura feminina portuguesa de Setecentos” e por José Adriano de Carvalho (1997) em “Do Recomendado ao Lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII”; como, porém, tais trabalhos ultrapassam em muito a temática que nos ocupa aqui, deles fazemos agora apenas um apontamento geral, e adiante iremos retomando noutros aspectos as suas lições, também no sentido de “leituras”. Em Portugal são conhecidas sugestões pontuais de leitura, feitas de modo avulso por alguns directores espirituais, sem carácter compulsivo nem exaustivo; mesmo as poucas listas que sabemos terem existido ou as raras que sobreviveram até hoje parecem ter como único objetivo dar respostas concretas a questões colocadas pelas orientandas nas cartas trocadas com eles (MORUJÃO, 2002, p.132; CARVALHO, 1997, p.15-16). Aqui não se afigura que tenham existido nem um conjunto de obras de conhecimento e fruição obrigatórios para qualquer religiosa professa, nem um «percurso literário-didáctico» a realizar até se chegar a sê-lo. De modo diferente, na diocese de Milão post-Trento há directivas episcopais com recomendações expressas

para que sejam lidas por todas as freiras certas obras consideradas fundamentais, como vidas de santos, a versão de Gerson da Imitação de Cristo, e, com grande destaque, o Guia de Pecadores de Frei Luís de Granada. Aí, e “em estreita relação com a cúria” em termos editoriais, num guia de prática da espiritualidade “sugere-se mesmo um conjunto de livros a ter disponíveis no Noviciado, de modo a que cada candidata pudesse dispor de um exemplar para seu uso”, lista que, além das já referidas acima e de outras, conta com diversas Meditações, crônicas das Ordens e História Evangélica; “trata-se [...] de uma formação de raiz jesuíta [...], codificada e encarada como propedêutica de uma entrada para a vida religiosa, que não se fazia sem percurso de leituras.” (MORUJÃO, 2002, p.116, 117, 118) Porém, se quanto a livros é sabido, por exemplo, que “as primeiras décadas do século XVII português revelam um impulso significativo quer na actividade editorial em geral, quer, mais concretamente, na edição de certas obras de espiritualidade, como guias de oração ou vidas de “santos”, quer ainda [...]na ofensiva pastoral”, é inegável que continuam a ser necessários mais estudos que nos elucidem, para o mundo religioso como para o civil, sobre “quem lia, como e quando lia ou porque lia as obras de espiritualidade”, ou seja, acerca “do público destinatário e do público real [...] das mesmas.” (FERNANDES, 1994, p.135, 136, 134).

Tal desfasamento entre dois conhecimentos que hoje buscamos, o dos livros e o das leituras, alerta-nos para uma realidade que nos pode surpreender: aqueles e estas nem sempre estão inter-ligados nem pressupõem uma fruição em comum. Temos notícia de obras cujos conteúdos são conhecidos e frequentemente meditados por quem não as manuseia: por exemplo, a clarissa micalense Teresa da Anunciada, impulsora do culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres no Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Ponta Delgada, “em criança e adolescente gostava muito do livrinho de Santa Brígida, que acabou por decorar (já que só tardiamente foi capaz de ler), obra que muito a influenciou” (LALANDA, 2005, p. 297). Neste caso, nada invulgar, uma leitura marcante apenas necessitou de ter um suporte escrito para poder ser feita em voz alta por outrém, tão repetidamente que foi integralmente memorizada por quem a ouvia. A par do leitor autónomo temos assim o leitor-ouvinte, e, claramente, pelo menos mais três processos de mediação: a leitura enquanto conhecimento e decifração dos sinais escritos que formam o

texto; a voz como transmissão do conteúdo da escrita; a memorização, realizável por ambos os tipos de ouvinte. E, tendo em conta que se trata de obras de espiritualidade, naturalmente se afirma uma quarta mediação: a reflexão sobre os conteúdos, a fim de se conseguir uma boa interiorização destes e a sua prática pessoal.

“Ler” pode, então, significar “ouvir ler”, “escutar”, “pronunciar”, “fazer leitura silenciosa”, “recitar de memória”, o que nos faz perceber que “no existía una gran diferencia entre la lectura de un texto registrado en el papel y la de uno guardado en la memoria” (FRENCK, 1997, p. 48-49). O objetivo dos textos piedosos e normativos conventuais é exatamente o mesmo das leituras em voz alta no refeitório ou na casa de trabalho, tal como o das leituras individuais silenciosas, o dos sermões e textos sagrados ouvidos na igreja, e bem assim o das imagens pictóricas ou esculpidas, o das orações cantadas, o das representações teatrais e o das sessões de confissão ou de direção espiritual: ensinar e dar exemplo, mostrar o caminho a seguir para uma maior proximidade de Deus e para a salvação face aos perigos do mundo e às fraquezas individuais. Sendo a finalidade sempre a mesma, o instrumento a que se recorre __voz, escrita, imagem__ depende do público específico que se pretende atingir em cada ocasião. Fernando Bouza Álvarez, especialista na análise da produção e da circulação da cultura escrita nos séculos XVI e XVII na Península Ibérica, salienta que «existia uma clara consciência de que [...] as imagens e os textos serviam para a difusão, enquanto que as vozes, mais genuínas, permitiam perceber com maior prontidão e precisão»; por conseguinte, e negando a supremacia que duzentos anos depois seria atribuída ao escrito sobre o oral e o figurado, “era a escrita a procurar assemelhar-se às vozes e às figuras”, já que, como explica no século XVII um autor português na sua obra *Ler sem livro*, as palavras, as imagens e os textos convergem na sua utilidade de dar a conhecer conceitos, pensamentos, desígnios e afectos, permitindo “ver ‘olhos presentes’ e ler ‘cartas ausentes’” (BOUZA ÁLVAREZ, 2002, p.113- 114, 119).

No universo monástico, do conhecimento adquirido pela leitura visual ou auditiva (onde não estamos a considerar a musical, o canto) transita-se para a reflexão, a interiorização e a assunção daquilo que assim se aprendeu e apreendeu; o importante torna-se, pois, memorizar a leitura e pô-la em prática como oração e como orientação de vida.

Assim se vai prescindindo do livro, para tudo se concentrar na oração mental, como já foi estudado para comunidades femininas da época barroca: “la oración fue abandonando progressivamente la referencia del libro como soporte dela misma para ser únicamente mental [...] sin una necesidad real de libros ni de lecturas” (CASTILLO GÓMEZ, 2000, p.118). Neste contexto, o livro e a leitura, em qualquer dos sentidos desta, são encarados como mediadores da memorização, da oração e do “modus vivendi” quotidiano.

Ora para se conseguir saber de cor um texto longo de um livro é necessário dedicar muito tempo e muita atenção à sua leitura, visual ou “por outiva” ou “oitiva” (expressão ainda hoje usada em Direito, em especial no brasileiro). De tal dedicação decorre a impossibilidade de conhecer de memória numerosas obras; e efectivamente, quer as listas existentes quer as recomendações dos directores espirituais vão sempre no sentido de se praticar a leitura intensiva, de poucas obras mas sendo cada uma delas estudada muito aprofundadamente. Esta corrente mantém a sua força durante séculos, e não apenas no universo claustral: em tratados setecentistas e oitocentistas sobre a leitura proveitosa das Belas Letras é afirmado que, ao contrário do que vulgarmente já se pratica então, só a intensiva deve ser feita pelos espíritos cultos, e que o recurso a diversas atividades auxiliares da aprendizagem a torna verdadeiramente útil e formativa, além de propiciadora da elaboração pelos leitores de textos originais seus.

Num primeiro nível mais básico, a escrita é auxiliar da leitura: é preciso tomar notas enquanto se lê. [...] Em um segundo nível, a leitura (aí incluídas meditação, anotação e memorização) é fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita. [...]Vê-se que quando os tratadistas falam de leitura têm em mente um tipo particular de atividade, que não se limita à decifração de um texto escrito mas que envolve o acionamento de um conjunto de conhecimentos prévios sobre os quais a leitura repousará e com os quais o texto será confrontado, bem como a eleição de algumas obras que serão objeto desse tipo de leitura. [...]Há toda] uma série de atividades de leitura como parte do processo que se faz ‘antes de ler’. (ABREU, 2002, p. 218-219 e 221).

E assim uma nova questão se nos coloca: quais as relações entre a leitura e a escrita neste mundo religioso feminino ? Para além das duas já mencionadas mediações exercidas pela escrita __o ser o texto escrito aquilo que permite que haja uma primeira forma de leitura, e o seu auxílio na reflexão e na memorização do que é lido, existirão outras conexões entre ambas ? A produção escrita de religiosas tem sido muito, e bem, estudada,

por numerosas investigadoras e vários investigadores, graças a cujos trabalhos se tem ampliado substancialmente o nosso conhecimento colectivo; como poderemos enriquecer com as suas conclusões esta reflexão sobre um tema tão específico quanto “leitura e mediação”, que lhes é marginal ?

É verdade que a escrita e a leitura têm uma complementaridade recíproca, como se comprova também pela necessidade, sentida pelas autoridades eclesiásticas na aplicação das determinações do Concílio de Trento, de se proceder ao controlo simultâneo de ambas:

Na passagem do século XVI para o século XVII, os esforços tridentinos no sentido de restaurar a clausura feminina estreitaram o leque de leituras permitidas nos conventos, procurando erradicar livros profanos e diminuir ou pelo menos vigiar atentamente a prática do carteio e a posse de instrumentos para a prática da escrita. (MORUJÃO, 2011, p. 37-38).

Não obstante, tal determinação da hierarquia católica visava sobremaneira as leituras, onde foi mais exequível, e só de modo suplementar e muito limitado à partida a escrita, pois esta foi mantida nas Regras como obrigatória para as monjas que desempenhavam funções que exigiam o registo em livros, para não se extraviar, da memória de cada comunidade conventual (fundação e história, nomes dos seus membros, dados relativos às suas admissões e vidas, eleições, falecimentos, casos de santidade, bem como necessidades de aquisições e listas de existências de alimentos e vestuário ou de alfaia litúrgica e rendimentos, propriedades, gastos e receitas, obras, encargos pios).

A elaboração de um livro biográfico, mesmo que de memórias pessoais, obedece ao propósito de dar a conhecer os passos marcantes da intervenção divina na vida de alguém; as poesias, as músicas e as peças de teatro são compostas para exaltação de Deus; as cópias e as traduções de textos edificantes destinam-se a proporcionar a mais irmãs o conhecimento desses guias espirituais. Tal concepção [de que escrever é um trabalho] adquire ainda mais força na escrita obrigatória: a inscrição nos livros de Tombo das terras e outros bens materiais pertencentes ao convento por dote de ingresso ou por doação fundamenta a recepção dos rendimentos necessários à sustentação de toda a população do mosteiro, “enquanto o mundo for mundo” e não houver cessação dos contratos instituintes; para memória futura mas igualmente para utilização a curto prazo, nos Tombos a Escrivã regista também as professoras, as noviças e as demais ocupantes, os encargos com pessoal auxiliar, as obras, as ofertas em géneros alimentícios habitualmente feitas nos momentos festivos às religiosas e a outras pessoas, os momentos mais importantes da história da casa, as eleições internas para os vários cargos, os casos das irmãs falecidas “com odor de santidade”, miraculadas ou miraculosas. A anotação rigorosa das existências e das necessidades de aquisição compete à Vigária do Coro e às Sacristãs no que respeita à

PontodeAcesso, Salvador, v.8, n.2, p. 61-81, ago. 2014

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

igreja e à liturgia, e à Vigária da casa, à Provisora e à Refeitoreira no que se refere ao alimento corporal; por seu turno, as posses individuais (que as Constituições de 1641 consentem mas não fomentam), como dinheiros, jóias e outros bens, devem ser entregues à Provisora ou Depositária, que tem de elaborar fielmente o respectivo rol e actualizá-lo sempre que necessário. (LALANDA, 2008, p.1057-1058).

Nas casas do clero regular feminino existe, portanto, uma necessidade institucional e incontornável de escrever; aí “a escrita [...] apresenta-se invariavelmente com características de trabalho, nunca como lazer” (LALANDA, 2008, p.1057), e corresponde maioritariamente ao cumprimento de uma obrigação ou de uma missão específica, não tanto a uma expressão de liberdade ou de voluntarismo de quem escreve. Trata-se de uma consequência do cargo que uma religiosa ocupa temporariamente (escrivã, abadessa, vigária, provisora, refeitoreira, depositária, vigária do coro, sacristã) ou duma tarefa ordenada por um seu superior, habitualmente o confessor ou director espiritual, devido a características particulares daquela freira; neste segundo caso destacam-se o ler e escrever com fluência (dom de grande utilidade para redigir a história da comunidade, textos edificantes em poesia ou prosa, peças de teatro de assunto espiritual, ou fazer cópias e traduções de obras exemplares) e, sem relação forçosa com essas outras competências, o viver experiências religiosas místicas ou assinaláveis, que podem ser escritas, como autobiografias ou como biografias, pela própria ou por uma sua irmã na fé que as receba em discurso directo de viva voz ou em relato indirecto lido ou ouvido.

Uma das vertentes da escrita monástica feminina é a elaboração de textos historiográficos sobre a fundação e o passado de casas conventuais; por vezes, e para além de nomearem os testemunhos orais recolhidos nas suas comunidades, “as autoras [...]fazem referência a fontes escritas, depositadas nos seus arquivos, que elas teriam consultado», mesmo se tal «não he em forma que possamos ver quando queremos” (BELLINI, 2011, p.230-231). Ora a competência para decifrar caligrafias, e, ainda para mais, da autoria de diferentes mãos, só se adquire quando se passa do primeiro grau de aproximação ao texto, o saber ler, para o estágio seguinte, o saber desenhar as letras, que no século XVII não são simultâneos; assim, “para os que interrompem a sua escolaridade entre os dois aprendizados, apenas escritas de tipografia e não a escrita cursiva são, portanto, legíveis.” (CHARTIER, 2001, p.85) No caso das religiosas, todas elas sabendo escrever, não há a

possibilidade de não conseguirem ler manuscritos; mas parece acertado colocar a hipótese de terem maior dificuldade em fazê-lo todas aquelas que não exercem ou não exerceram ainda algum dos cargos conventuais associados à prática da escrita, o que poderá ser posto à prova em estudos sobre os seus percursos individuais. E eis aqui, nesta relação entre o escrito e o lido, mais uma mediação, realmente inesperada: a qualidade na leitura pode depender de se conseguir escrever *de per si*. Menos surpreendentes, mas também importantes, juntam-se-lhe duas outras intermediações patentes na descrição das fontes consultadas: a utilização de manuscritos do espólio de textos pertencentes a um convento, e a partilha por via oral do património identitário duma casa monástica.

Se o registo da história de um mosteiro é incumbido a uma das religiosas que nele vivem, já o das casas de uma circunscrição geográfica vasta cabe aos frades e padres dessa Ordem. Dar notícia dos casos considerados de santidade aí acontecidos é o seu principal objectivo, tendo por base as informações escritas e orais obtidas em cada casa. Infelizmente, a grande maioria de tais crónicas pouco revela quanto a leituras praticadas pelas biografadas, nem mesmo nos casos em que elas se dedicaram à escrita e as suas obras são apresentadas com apreço. Uma tal omissão tanto pode ser motivada pela eventual falta de interesse ou sensibilidade do cronista quanto ao assunto, como pela falta de informações prestadas pelas demais religiosas da casa, que não as teriam ou que entenderiam como menos relevantes para a biografia as leituras preferidas pelas ditas irmãs do que outras características delas (“devoções..., penitências..., fenómenos extraordinários..., governo...”) (CARVALHO, 1997, p.14).

Deste conjunto de situações uma conclusão se impõe: escrita e leitura revelam ser mediadoras constantes e recíprocas nos processos monásticos de conhecimento, de preservação de memórias e de construção de vivências consideradas exemplares.

Haverá outros agentes de mediação, quanto às leituras de religiosas, na constituição, na organização e na transmissão destes saberes no intra-muros conventual? Como se estabelece a acessibilidade às leituras?

São imediatamente identificáveis dois intermediários no processo destas leituras: o director espiritual e a abadessa; para as jovens existe um terceiro: a mestra das noviças (ou/e a das recém-professas ou das coristas, pois durante dois anos após a profissão mantêm

um estatuto de menoridade e de separação das demais freiras). À mestra compete superintender e examinar os modos como as jovens lêem e repetem a Doutrina e a Regra, sobre as quais as interroga, tal como os missais e livros de rezar e espirituais; não sabemos, no entanto, se a escolha destes últimos é da sua responsabilidade, se da de alguma daquelas duas autoridades maiores. A abadessa, além de tudo o mais, é quem decide quais as obras a serem lidas em voz alta no refeitório em cada refeição, que livros existirão em que espaços comuns ou particulares e quem terá acesso a eles, quais as aquisições para a livraria conventual e quais as que autoriza às irmãs que as querem fazer para as suas celas com os seus dinheiros particulares. Quanto ao orientador espiritual, frade ou padre que pode ser ou não o confessor, a sua influência é imensa, sobre cada religiosa e sobre a comunidade; ele é de tal modo o grande responsável pela escolha das leituras feitas individualmente que o “ardente desejo”, de algumas freiras místicas, de ler obras de espiritualidade “santas” e “aprovadas”, “se [estiver] fora das criteriosas recomendações do Padre espiritual, poderá até ser visto como mais uma perigosa insídia diabólica, para a qual urge advertir” (TAVARES, 1996, p. 200). Como já foi aventado, é muito possível que as leituras recomendadas por um confessor ou um director espiritual, e das quais existe um tronco comum a diversos orientadores numa mesma época, indiquem as obras melhor conhecidas por ele ou as mais tradicionais, sobretudo quando lhe escasseia o tempo e tem numerosas orientandas, a quem dará muitas indicações similares (MORUJÃO, 2002, p.132); neste ambiente torna-se natural que um director espiritual escreva o seguinte a uma das “suas” religiosas: “ahy vai esse papel para methodo de oração; como o trasladar, póde servir a outras almas” (CARVALHO, 1997, p. 23).

Visitadores, pregadores, definidores da Ordem religiosa do mosteiro são outras entidades que participam, em visitas pontuais ou por textos enviados, na mediação entre as Regras e a prática, sem limitação de tipo de assunto e, por conseguinte, também naquilo que às leituras disser respeito. O poder censório de entidades externas à Ordem, sejam elas eclesiásticas (como o Bispo ou o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição) ou estatais (como, no Portugal da segunda metade do século XVIII, a Real Mesa Censória), constitui mais um mecanismo de controlo sobre os livros e as leituras; no caso dos mosteiros femininos, só se conhece pedidos de elaboração do rol dos livros possuídos (quer comunitária quer

individualmente), pelo que se pode presumir que as decisões de aceitação ou de exclusão de obras num espólio serão da competência exclusiva das autoridades da Ordem (todas as masculinas mencionadas e a abadessa da casa).

As próprias religiosas são agentes mediadores na comunicação e na selecção de saberes e leituras, pela intensidade da dedicação de algumas ao trabalho intelectual, o que é reconhecido e valorizado :__

[Certa freira, segundo se diz na sua biografia setecentista,] foy muy inclinada à Lição dos Livros, de cujos exemplos tirava as imitações em que se assemelhou a muitos santos. Na frase destes tinha também voto, que sabia estimar os melhores autores para a preferencia, e finalmente em tudo o bom entendia o que era melhor. Em sahindo de novo algum livro, sendo espiritual o comprava, sem reparo no custo. (BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal), [19--] apud TAVARES, 1996, p. 177).

Das conversações entre irmãs na fé, de viva voz dentro dum mesmo mosteiro ou por escrito para outra casa, farão parte, provavelmente, as leituras que acabaram de ser ouvidas por todas ou as que estão a ser realizadas individualmente, os diferentes entendimentos delas e os contributos de outras para a sua interpretação e plena fruição, os afectos suscitados por elas e a sua eficácia na caminhada espiritual. E os livros que uma religiosa oferece a outra ou lhe deixa por testamento são disso um bom reflexo, cujo indelével testemunho fica inscrito pelo punho da contemplada nas folhas de rosto das obras assim recebidas e conservadas.

Antes de sairmos do interior conventual feminino para a sociedade envolvente, retenhamos esta lúcida síntese quanto a mediações nas notícias que hoje temos das leituras ali praticadas:

[Em cada mosteiro houve obras preferidas, que foram as] escolhidas pelas melhores _em virtude, evidentemente, que nem sempre em Letras_ das religiosas moradoras nessas casas. Evidentemente também, essas obras são, em muitos casos, apenas algumas das que elas leram... As que tiveram por bem de nos informar nos seus escritos ou as que seleccionaram os seus biógrafos... Os cronistas, por sua vez, encarregaram-se ainda de esquecer algumas dessas... [Assim vamos vislumbrando] como se ia fazendo a selecção das leituras, escolha em que a orientação de directores espirituais e de confessores foi, não poucas vezes, acompanhada _quando não equilibrada_ pela influência de certas personalidades gozando da fama de grandes virtudes e santidade. (CARVALHO, 1997, p. 53 e 56).

3 LEITURAS DE RELIGIOSAS E A SOCIEDADE

Muitas das questões e práticas atrás enunciadas para os conventos aplicam-se igualmente à sociedade em geral: para além dos laços que se mantêm entre as monjas/freiras e as suas famílias de sangue, as formas monásticas de devoção e espiritualidade são então valorizadas como o melhor modelo de vida a seguir por cada crente. Temos notícias (por testamentos, biografias, róis de bens, gravuras, entre outras fontes) de que em famílias de diferentes condições e graus sociais se faz uso de livros, independentemente dos tipos de leitura praticados e do número possuído (que nalgumas famílias será tão baixo que a noção de “leitura intensiva” aí terá a sua concretização plena); entre eles existem pelo menos alguns de carácter religioso, incluindo os de rezar e de devoção.

Dentro del amplio universo de públicos que habían de consumir este género de escritos devotos y espirituales, la relación de aquellos sujetos pertenecientes a los grupos más modestos de la sociedad con una literatura que promovía formas más elevadas de vida espiritual no fue un fenómeno en absoluto aislado o excepcional. (PALOMO, 2013, p.87).

A mediação exercida pelo ambiente familiar adquire grande importância nas futuras religiosas, naturalmente; de algumas delas sabemos terem feito, nos anos em que ainda viviam em casa, leituras quer espirituais (como já mencionado) quer profanas, como as tão apreciadas novelas de cavalaria (MORUJÃO, 2002, p.168).

Estando provado que nestes séculos a maior parte das irmãs de clausura provém dos estados altos e médios da sociedade, tanto em prestígio como em capacidade económica e em poder político (LALANDA, 1987, p.71-73, 97-98, 108-161), entre vários outros estudos sobre diferentes Ordens e geografias, centremos agora a nossa atenção naquilo que neles nos possa esclarecer sobre leituras e aproximações a religiosas. Pertencem a estes meios sociais os principais compradores individuais de livros __e, desde finais do século XVII, também de algo que não costuma ser referido em estudos sobre leituras: publicações periódicas, em especial as que se ocupam de assuntos de cultura ou de recreio. Poderá ser interessante averiguar (aqui fica a sugestão), para Portugal e os outros países onde abundam os mosteiros femininos de clausura, se há indícios da presença de “jornais”, “mercúrios” e “gazetas” nas casas onde se criaram meninas que anos depois se tornaram freiras.

Sem pensar em conventos, mas sim no que define como «un public exclusivement mondain et pour une grande part provinciale», Francine Wild salienta que «tous ces journaux [*Journal des Savants, Mercure Galant, Bibliothèque...*]présentent une large sélection des derniers livres parus, les résumant, et donnent leur opinion, même si c'est en général de façon peu tranchée. Le lecteur des années 1680 ou 1690 est tenu au courant des nouveautés, et sait à l'avance ce qu'il doit attendre de chaque livre. Une véritable médiatisation des livres est en place à la fin du siècle. (WILD, 2002, p.315).

Esta diferente preocupação de análise virá igualmente colaborar, de um ângulo muito original, na construção das respostas à estimulante questão colocada há vinte anos por Maria de Lurdes Correia Fernandes a propósito das relações entre os clérigos escritores e os membros da nobreza a quem dedicam muitas das suas obras espirituais porque os consideram “santos vivos”: “quais os meios e contextos sociais geradores ou potenciadores da circulação e leitura», e em particular das «obras de espiritualidade ?” (FERNANDES, 1994, p.135).

Neste contexto de cruzamentos de perspectivas, de interacções e de intermediações, encontramos muitos dos livros antigos numa dada biblioteca conventual a apresentarem marcas de posse de particulares externos ao mosteiro: “diversos motivos _préstamos, regalos, cesiones..._ posibilitaron el que acabasen entre sus muros”. Além destes livros usados, havia os adquiridos, tanto por leigos como por membros do clero expressamente para serem oferecidos à comunidade ou a monjas individuais (a título de parte do seu dote, ou por outro motivo), e os que, de qualquer proveniência, eram emprestados, trocados ou dados a alguma irmã; “tampoco eran extraños los intercambios, préstamos y regalos de libros entre conventos femeninos de la misma orden, y incluso entre conventos masculinos y femeninos.” (SANZ HERMIDA, 1997, p. 213, 218-219, onde são tecidas interessantes informações sobre questões de biblioteconomia). E assim começamos a perceber que os muros da clausura não são impenetráveis do exterior...

Não escasseiam os casos elucidativos de tal indiferenciação de fronteiras. Eis um, muito frequente: senhoras da nobreza tinham os mesmos directores espirituais ou os mesmos confessores das religiosas, os quais aconselhavam ou até impunham leituras (e por vezes também a elaboração de textos pessoais) a umas e a outras; recordemos que para o mundo laical de Seiscentos “diventa basilare il rapporto tra la donna che aspira ai gradi più

alti della vita spirituale e il suo direttore, che vigila su di lei, ne controlla l'ispirazione e ne dirige la vita interiore" (NICCOLI, 2008, p. 209). Um outro, mais particular: a pedido de leigos que queriam pertencer à Irmandade do Amor Divino, que estava a ser criada em igrejas de mosteiros femininos, o autor do manual de oração mental e contemplação que a fundamentava decidiu fazer uma 2ª edição deste para todos, mudando as palavras que se referiam à vida claustral e consagrada. "Ou seja, feitas pequenas alterações de pormenor, tínhamos uma mesma proposta para dentro e fora dos claustros" (TAVARES, 1996, p.179). E igual interpenetração de mundos se regista na edição de obras e nos seus públicos:

Após a morte de algumas religiosas mais admiradas pela sua santidade, tentou-se várias vezes editar os seus escritos (quando os tinham), ora sob a forma de biografia ou relato de vida, ora sob a apresentação de cartas anotadas. [...]São textos que se decidiu divulgar, umas vezes só para uso de religiosas, outras para proveito das almas em geral. Mas,[...] uma vez saídas a lume, as obras eram lidas por todos.» Muitos desses textos saíram do convento para serem impressos (e não foram devolvidos aqueles cuja edição não se chegou a concretizar) «por pressão da população exterior à clausura, que, a partir de meados do séc. XVII, criou uma verdadeira órbita de curiosidade em torno dos conventos femininos espicaçando-os à escrita, solicitando máximas, conselhos, normas e modelos. Daí nascerá uma vasta produção impressa, cujos textos preliminares denunciam uma relação de expectativa e retorno entre a corte e os conventos. (MORUJÃO, 2011, p. 41-43, 51-52).

Na verdade, todos os estudos feitos nas últimas décadas acerca dos mosteiros femininos têm sido concludentes: na vida vivida, "clausura" não significa "isolamento", "alheamento" nem "corte de relações com o exterior"; significa, tão-só, não sair fisicamente dum perímetro pré-delimitado no interior de toda a área ocupada por uma casa de religião e no qual se encontram exclusivamente as religiosas professoras. Todas as ligações afectivas e pertenças grupais se mantêm, e, graças aos poderes efectivos internos e de influência adquiridos pelas mulheres consagradas, ficam reforçadas as interdependências e solidariedades de todos os géneros. Por isso se pode dizer que "es preciso desarrollar esta faceta: el papel de las monjas –ya monjas– en el seno familiar. Ni fuera del siglo, ni adiós al mundo." (ATIENZA LÓPEZ, 2013, p.101); por isso também, no campo cultural, a adesão a certas devoções e leituras, comuns ao intra-muros conventual e à sociedade envolvente, muito deve à força de tais laços.

[É necessário estudar] os problemas que se prendem não só com a direcção espiritual, mas também com as redes familiares _tão complexas na época e que determinam, quantas vezes, muitas devoções “familiares” (que são, no plano social, também formas de solidariedades), com a formação cultural e com as leituras quer de religiosos e clérigos quer de leigos, especialmente da nobreza, cujo *filtro* _do *saber*, da *virtude*, do *poder*_ pode ser determinante para se entender o *sucesso* ou *insucesso* tanto das correntes de espiritualidade como do sentimento religioso num determinado período histórico ou em determinadas zonas geográficas [...] (FERNANDES, 1994, p.153).

Graças a uma tão grande inclusão dos mosteiros femininos no espaço urbano em que estão implantados, as elites deste têm neles uma constante presença, indirecta mas igualmente directa: aquela pelas “lições” (textos, leituras, exemplos e entendimentos) e pelas orações e devoções partilhadas, e esta pela pertença familiar de numerosas das religiosas. Nenhum destes mundos é estranho ao outro: reciprocamente se conhecem e se mediatizam.

En los conventos entraban todo tipo de noticias, más y menos importantes, se conocían asuntos serios, pero también chismes y rumores, hasta las monjas llegaban noticias e información sobre polémicas locales y de ámbitos más amplios. [...] Hay documentos que muestran claramente cómo los conventos de monjas se abrían al exterior a través de los confesionarios y los confesores. [...] De la vida en los conventos femeninos y de las religiosas que en ellos pasaban sus días se hablaba fuera[...]. La propia hagiografía y la literatura de vidas ejemplares ayudó en ello y lo produjo [...]: cuando se lee, por ejemplo, el comportamiento extraordinario de una monja perfecta que se humilla ante las burlas o afrentas de otras compañeras y soporta todo eso con humildad admirable, vemos dos realidades: la perfecta, y la otra. (ATIENZA LÓPEZ, 2013, p. 95, 102-103).

4 CONCLUSÃO

Ao contrário do que se poderia supôr, existem numerosos agentes e processos de mediação entre uma religiosa de clausura na Época Moderna e os textos que lê com os olhos, a voz, os ouvidos ou a memória, individualmente ou em companhia, nas variadas dimensões da realidade “leitura”. Ela própria é, em muitas situações, intermediária na comunicação oral e escrita dentro e fora do seu convento. Sujeita a um enquadramento controlador e a um condicionamento prévio quanto aos objectivos, aos conteúdos e aos resultados, a prática da leitura constitui uma intermediação múltipla e mútua entre, de um

lado, as regras, os modelos, a memória e a identidade de cada comunidade monástica, de outro lado, as religiosas, e, dum outro ainda, o mundo secular.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil Colonial. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: Fapesp, 2002. p. 213-233.

ATIENZA LÓPEZ, Ángela. El mundo de las monjas y de los claustros femeninos en la edad moderna: perspectivas recientes y algunos retos. In: SERRANO, Eliseo (Coord.). **De la tierra al cielo: líneas recientes de investigación en historia moderna**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2013. p. 89-105. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10261/79184> . Acesso em: 24 ago. 2014.

BELLINI, Lígia. Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII e XVIII). **Tempo**. Revista Digital de História da Universidade Federal Fluminense, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 29, p. 211-233, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/09.pdf> .> Acesso em: 24 maio 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **Reservados, Códice 87**. Lisboa, [19--].

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. **Cultura**. Revista de História e Teoria das Ideias, Lisboa, v. XIV, p. 105-171, 2002. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/chc/Cultura/Cultura%2014.pdf> .> Acesso em: 10 maio 2014.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII. **Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso**, Porto, nº 4, p. 7-56, 1997. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10216/10749> >. Acesso em: 12 maio 2014.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Leer en comunidad : libro y espiritualidad en la España del Barroco. **Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso**, Porto, n. 7, p. 99-122, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10017/6736> .> Acesso em: 20 jun. 2014.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.77-105.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Recordar os “Santos vivos”: leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII. **Via Spiritus**: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, Porto, n. 1, p. 133-155, 1994. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/10715>>. Acesso em: 2 maio 2014.

FRENCK, Margit. **Entre la voz y el silencio**. Madrid: Centro de Estudios Cervantinos, 1997. Disponível em: <www.h-net.org/~cervant/csa/articf99/lauer.pdf>. Acesso em: 9 maio 2014.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira. **A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de São Miguel (séculos XVI e XVII)**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1987. Trabalho de síntese de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em História; policopiado.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira. Considerações históricas sobre a Madre Teresa da Anunciada. **Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores**, Ponta Delgada, v. IX-X (2005-2006), p. 275-307. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.3/421>>. Acesso em: 24 maio 2014.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira; LALANDA-GONÇALVES, Rolando L. Regra e Comunidade: os Poderes nas Constituições Gerais de 1641 para os Mosteiros de Clarissas. In: ARQUEOLOGIA do estado: 1.as Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, séculos XIII – XVIII. Lisboa: História & Crítica, 1988. Tomo 2, p. 969-994.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira. Vida religiosa e trabalho: freiras de clausura no século XVII nos Açores/ Religious life and work: cloistered nuns in the Azores in the 17th century. In: SIMAS, Rosa Maria Neves (Coord.). **A Mulher e o Trabalho/Women and Work**. Ponta Delgada: UMAR, 2008, v. V, p.1053-1067.

MORUJÃO, Isabel. Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos. **Rever**. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, ano 11, n. 01, p.35-54, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6029/4375>>. [Acesso em: 24 maio 2014.](#)

MORUJÃO, Isabel. Livros e leituras na clausura feminina portuguesa de Setecentos. [Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas](#), Porto, v. XIX, p.111-170, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8011>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

NICCOLI, Ottavia. **La vita religiosa nell'Italia moderna, secoli XV-XVIII**. Roma: Carocci, 2008.

PALOMO, Federico. Cultura religiosa, comunicación y escritura en el mundo ibérico de la Edad Moderna. In: SERRANO, Eliseo (Coord.). **De la tierra al cielo**:. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2013, p.53-88. Disponível em:< https://www.academia.edu/4107181/Cultura_religiosa_Comunicacion_y_escritura_en_el_mundo_Iberico_de_la_Edad_Moderna .> Acesso em: 22 jul. 2014.

SANZ HERMIDA, Jacobo. Libros y lecturas en el convento de las Madres Agustinas Recolectas de Salamanca (Siglos XVI-XVII). **Via Spiritus**: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, Porto, n. 4, p.133-235, 1997. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3517.pdf >. Acesso em: 24 maio 2014.

TAVARES, Pedro Villas Boas. Caminhos e invenções da santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII: Alguns dados, problemas e sugestões. **Via Spiritus**: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, Porto, n. 03, p.163-216, 1996. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/10710> >. Acesso em: 24 maio 2014.

WILD, Francine. Réalités et représentations de la lecture sous Louis XIV. **Cahiers de l'Association internationale des études françaises**, [Paris], n. 54, p. 311-328, 2002. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/caief_0571-5865_2002_num_54_1_1467 >. Acesso em: 5 jun. 2014.